NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Ago

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1805| 2017

CNTV participa de 1º Seminário de Segurança Bancária da Contraf-CUT

Presidente da CNTV, José Boaventura na abertura do 1º Seminário

O presidente da CNTV, José Boaventura participou do 1º Seminário de Segurança Bancária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

O evento aconteceu nesta terça-feira (22) e reuniu trabalhadores, especialistas e sindicalistas para debater as mudanças na Lei de Segurança Privada, Inovações Tecnológicas na Segurança Bancária, Organização dos Trabalhadores contra a violência e como os vigilantes e bancários enfrentam as situações de medo nas agências.

José Boaventura que foi um dos palestrantes do seminário e, além de parabenizar a iniciativa, ele ressaltou a importância de ampliar o debate acerca deste tema. "Os desmontes e retrocessos vivenciados pelos vigilantes e pelas vigilantes do Brasil são visíveis. Por isso, precisamos buscar meios de proteger todos os trabalhadores, vigilantes e bancários que, devido às retiradas, estão sujeitos a serem alvos fáceis da violência e da insegurança", explicou.

O Seminário

De acordo com o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, a realização do seminário visa disseminar os debates sobre segurança bancária entre as federações e sindicatos, para que seja possível diminuir os casos de violência contra a categoria. "Não queremos violência e riscos no nosso trabalho. Os ataques à bancos, principalmente os que colocam em risco a vida humana e que nos amedrontam, tem que ser evitados", disse o presidente da Contraf-CUT, que ressaltou que o seminário discutirá os ataques e a estratégia para impedir ou minimizar os danos físicos e

psicológicos. “Existem maneiras para evitá-los, mas sempre esbarram na negativa dos bancos em investir na segurança das pessoas. Estão mais interessados na segurança patrimonial”, criticou.

Mesmo com a preocupação em aprimorar os cuidados com a segurança, ainda há muita dificuldade em mensurar os casos de violência nas agências. “Essa cultura de segurança precisa ser repassada às entidades. Não temos estatísticas precisas de ataques aos bancos porque nem todos os sindicatos fazem esse acompanhamento”, afirmou Gustavo Tabatinga, coordenador do Coletivo de Segurança Bancária da Contraf-CUT.

Para o advogado Gutemberg Oliveira, esses ataques podem provocar também adoecimento nos trabalhadores. “A síndrome do pânico, por exemplo, é uma doença causada quando a segurança falha e o trabalhador sofre violência”, explicou.

A implantação de portas de segurança com recuo antes do autoatendimento, câmeras de monitoramento em tempo real, vidro blindado nas faixadas, aberturas das agências feitas pelas agências de segurança, biombos entre filas e caixas estão entre as propostas do advogado para a melhoria da segurança bancária. “Precisamos fazer a interdição das agências quando não é constatado o plano de segurança pela polícia federal. Essa atitude vai mexer com a imagem da instituição financeira. Esses são alguns dos desafios que precisam de alterações, seja na lei ou em acordo coletivo”, disse Gutemberg.

“Esperamos poder levar o conteúdo discutido aqui para diversas entidades, fazer encontros regionais e com a ajuda dos sindicatos e federações fazer com que os bancários tenham acesso a uma cultura de segurança, que auxilie a enfrentar o medo e a reduzir os ataques”, concluiu Gustavo.

Fonte: Contraf-CUT

Estatuto da Segurança Privada é tema de nova audiência em setembro

Nesta quarta-feira (23) aconteceu um debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal sobre Estatuto da Segurança Privada. No encontro, estava prevista a votação do Estatuto, entretanto, diante da necessidade de ampliar a discussão acerca do tema, uma novas audiência foi marcada para o dia 13 de setembro.

Além da CNTV, na próxima audiência está prevista a participação da Polícia Federal, Febraban e outras entidades.

A CNTV reitera a necessidade de ampliar o debate sobre os pontos contidos no texto, considerados prejudiciais aos vigilantes. Entre eles está o item que estabelece que a segurança das agências bancárias é um assunto de interesse nacional. A interpretação é de que, caso a matéria seja aprovada com esta redação, os vigilantes serão considerados essenciais, portanto, ficam proibidos de realizar movimentos paredistas, por exemplo.

Em novembro, o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados com emendas extremamente prejudiciais aos trabalhadores e à sociedade, na avaliação da CNTV. Agora, a matéria está em tramitação no Senado Federal como Substitutivo da Câmara 6/2016 sob relatoria do senador Vicentinho Alves (PR-TO).

O estatuto visa disciplinar as atividades de segurança de eventos, segurança pessoal privada, escolta armada, monitoramento, entre outros serviços relativos ao setor. Por isso, faz-se necessária a ampla discussão do assunto com trabalhadores e trabalhadoras, parlamentares, sindicatos e sociedade em geral.

“Esperamos que nossas considerações sejam ouvidas e avaliadas na próxima audiência. É importante que mantenhamos a luta para evitar que nenhum trabalhador seja prejudicado”, explica José Boaventura, presidente da CNTV.

Fonte: CNTV

Sindivigilantes do sul promove seminário sobre reformas trabalhista e da Previdência neste sábado

Sindicalistas e especialistas no tema serão palestrantes.

Na tarde do próximo sábado, dia 26, vigilantes e convidados de outras categorias estarão reunidos no salão da Paróquia da Pompeia, em Porto Alegre, participando do Seminário Impactos da Reforma Trabalhista e da Previdência. O evento é promovido pelo Sindivigilantes do Sul, tendo como palestrantes sindicalistas e especialistas no tema, entre eles o senador Paulo Paim, que já confirmou presença.

"Sábado, que para muitos é dia de descanso, será um dia de debates e de reflexão para a nossa categoria, porque nada é mais importante agora para quem é trabalhador do que saber o que ganha e, principalmente, o que perde com essa reforma do Temer", diz o presidente do Sindivigilantes, Loreni Dias. "Com isso, muita coisa mudou e ainda vai mudar na vida de todos", completa.

Ele ressalta ainda que mais de cem artigos da CLT foram modificados pelo projeto do governo golpista que está no poder, retirando direitos que a classe trabalhadora tinha levado décadas de luta para conquistar. E a reforma da Previdência, que mexe nas aposentadorias de todo mundo, está em tramitação no Congresso, mas o governo pretende que seja votada logo.

Como ficam as negociações salariais, férias, horas extras, intervalos, repouso semanal, feriados, escala 12 x 36, trabalho intermitente, processos trabalhistas e as aposentadorias serão alguns dos temas desenvolvidos nas palestras. A participação é gratuita e não precisa inscrição antecipada, basta comparecer no local.

O início está marcado para as 16 horas, com mesa de abertura, tendo na sequência uma mesa técnica, com um advogado trabalhista, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o senador Paim, e uma representante da CUT-RS. Ao final será aberto espaço para perguntas e discussões com os participantes.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Mais um golpe na praça

A Câmara Legislativa não tem poder para julgar Dissídio Coletivo dos vigilantes do DF!

Os malfeitores de sempre estão convocando os vigilantes para participarem de uma atividade com uma deputada distrital que está sendo investigada pelos crimes de corrupção, dia 29/08, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e estão dizendo que é para julgar o nosso Dissídio Coletivo. ***Mentira!***

A Câmara Legislativa não tem poder para tratar desse assunto. O nosso Dissídio Coletivo será julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho. Estamos aguardando a definição da data para convocar todos os vigilantes para participarem do julgamento em frente ao TRT.

Além de subestimarem a inteligência do vigilante, esses picaretas inventam uma pauta que não existe, com o intuito de levarem pessoas para essa atividade com a referida deputada. Na verdade, são cabos eleitorais mal-intencionados, tentando tirar proveito de uma situação que não passa pela CLDF e como já afirmamos, é questão da Justiça do Trabalho.

Olho Vivo, Vigilantes! Não caiam nessa!

Fonte: Sindesv-DF

Sindsegur realiza ato e cobra ao patronal salários atrasados

Com muita unidade de luta, a diretoria do Sindsegur, Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do estado do Rio Grande do Norte e sua base foram às ruas para cobrar dos patrões os direitos da categoria.

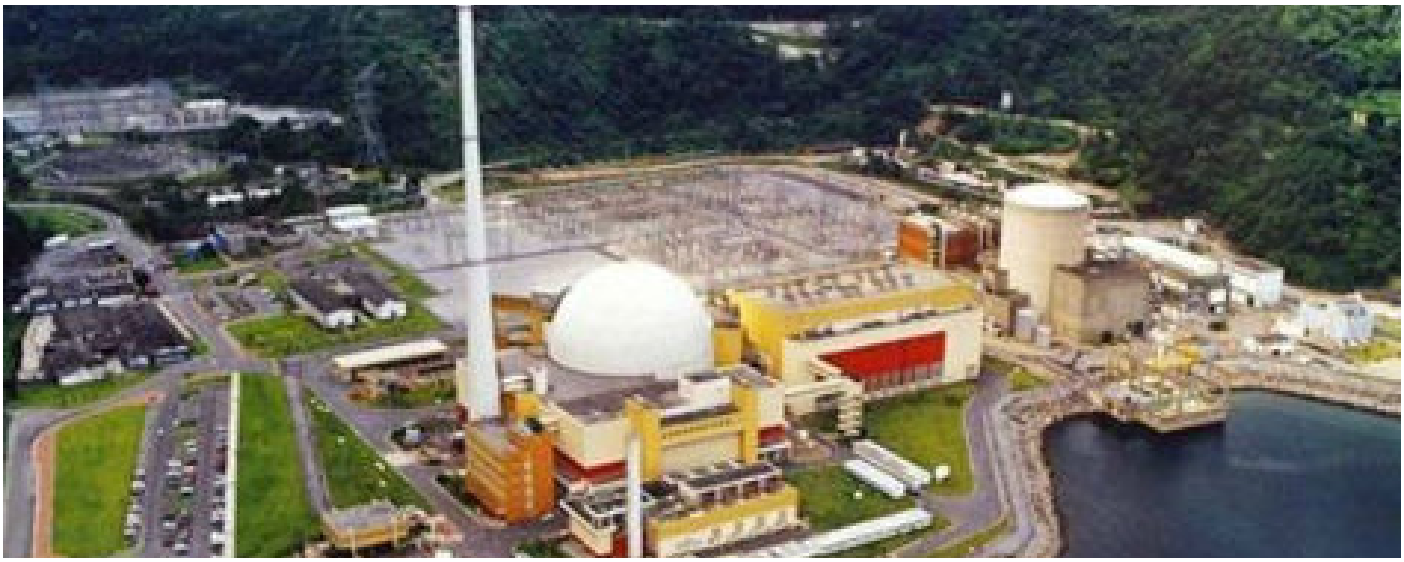
Em um grande ato público em frente a Interfort Segurança, os sindicalistas denunciaram a rotina de constantes atrasos nos salários dos vigilantes e exigiram respeito. Para encontrar uma solução imediata para o problema, o Sindisegur encaminhou várias ações judiciais exigindo que a empresa pague os salários até o quinto dia útil do mês.

Mesmo diante da pressão conjunta de trabalhadores e do sindicato na busca por direitos, a empresa se mantém inflexível, demonstrando total descaso ao pleito da categoria. Porém, o Sindsegur informou que irá continuar na luta pela garantia e manutenção das conquistas dos vigilantes. Por isso, nessa quarta-feira (23), acontecerá um novo ato público com paralização no posto de vigilância do Parque da Cidade. A mobilização acontece a partir das 15h.

"Precisamos da participação de toda a base neste momento. Somente com unidade de luta poderemos garantir avanços" conclama o presidente do Sindsegur, Francisco Benedito.

Fonte: CNTV com informações Sindsegur

Privatização da Eletrobras segue a lógica da subordinação



O anúncio da privatização da gigante Eletrobras pelo governo faz parte da lógica que preside o Brasil desde a posse de Michel Temer em 13 de maio de 2016, após o afastamento de Dilma Rousseff. "O Estado está perdendo cada vez mais a capacidade de planejamento e de definição de políticas públicas e objetivos estratégicos. Passa por Petrobras, Eletrobras, BNDES, bancos públicos. Trata-se de um projeto que objetiva tirar a capacidade de planejamento e de estabelecimento de políticas públicas do Estado e do país", diz o economista

Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Imediatamente após o anúncio, a Bovespa disparou e o principal índice (Ibovespa) subiu 2,01%, chegando a 70.011 pontos. "Isso só quer dizer que a empresa vai se valorizar do ponto de vista de suas ações, que estavam desvalorizadas. Só que não quer dizer nada do ponto de vista estratégico, de longo prazo, sobre a soberania nacional, o planejamento do setor", avalia Mattoso. "O país não vai ter mais o controle sobre o preço, a decisão vai ser privada. É um crime contra a soberania nacional. A empresa pode ser comprada por uma estatal chinesa, uma multinacional europeia. Estão desconstruindo os instrumentos de coordenação de uma área importantíssima e indispensável para o crescimento e sobretudo para a produção e indústria nacional."

Em artigo, a ex-presidente Dilma também utiliza o termo "crime" para se referir à privatização: "será um crime contra a soberania nacional, contra a segurança energética do país e contra o povo brasileiro".

Para Mattoso, a política segue a já conhecida "lógica de subordinação aos interesses privados, estrangeiros e do mercado financeiro". De acordo com essa lógica, o setor hidrelétrico brasileiro será controlado por empresas privadas e muito possivelmente estrangeiras. "Não teremos mais a capacidade de planejar a produção e distribuição de energia."

Mattoso menciona outro comentário "apropriado" de Dilma no Twitter, chamando a atenção para os riscos de se privatizar o sistema: além do preço da energia, o risco de apagão.

"Vender a Eletrobras é abrir mão da segurança energética. Como ocorreu em 2001, no governo FHC, significa deixar o país sujeito a apagões", escreveu Dilma. "O resultado é um só: o consumidor vai pagar uma conta de luz estratosférica por uma energia que não terá fornecimento garantido. Já entregaram as termelétricas da Petrobras. Pretendem vender na bacia das almas nossas principais hidrelétricas e linhas de transmissão", acrescentou.

Em entrevista coletiva na manhã de hoje, o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, com discurso semelhante ao do presidente da Petrobras, Pedro Parente, prometeu preços melhores ao consumidor de energia elétrica. "Com a eficiência e redução do custo, nossa estimativa é de que no médio prazo tenhamos uma conta de energia mais barata", previu. Segundo ele, a privatização será concluída até o primeiro semestre de 2018.

Fonte: RBA

> "País não vai ter mais o controle sobre o preço. É um crime contra a soberania nacional",
>
> diz o economista Jorge Mattoso.

Dieese condena a “Deforma do Estado” de Temer

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apresentou o estudo “A ‘Deforma’ do Estado e seus impactos no serviço público brasileiro”, que analisa as perdas sociais promovidas pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

O estudo parte da análise da Emenda Constitucional 95, a Lei de Terceirização, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. O conjunto de medidas deve jogar o Brasil na vala do desmonte do serviço público.

O Dieese criticou todas as medidas e centrou fogo na Reforma Trabalhista, que alterará as relações de trabalho no Brasil. “A Reforma se fundamenta em reduzir a proteção institucional aos trabalhadores, por parte do Estado e do Sindicato, e aumentar as garantias e a autonomia das empresas nas relações de trabalho, diminuindo custos e aumentando a flexibilidade do trabalho”, explica a entidade.

Para dirigentes CUTistas, a EC 95 será crucial para o desmonte do Estado. “O conjunto de medidas tomadas por esse governo golpista desmontam qualquer perspectiva de termos um Estado cumpridor de seu papel social. Com a Emenda Constitucional 95, esse governo mostra que no Estado que ele projeta, não cabe o trabalhador com seus direitos, é o fim de qualquer ideia de bem estar social”, afirma o secretário adjunto de Relações do Trabalho da Central, Pedro Armengol.

De acordo com o Dieese, a EC 95 deve

"induzir a Reforma da Previdência". "Serão mudanças brutais na vida do trabalhador e que não param na previdência", afirma Maria Aparecida Faria, secretária geral adjunta da CUT, que mantém a linha crítica aos projetos do governo. "Esse governo não tem responsabilidade e ética com o serviço público e os servidores, está promovendo um desmonte total. Na Saúde, Educação Ciência e Tecnologia, Energia, Petróleo, nenhum setor será preservado. Eles fizeram uma reforma da Constituição sem que discutíssemos isso, isso é golpe", encerra.

Ainda de acordo com o Dieese, as medidas reduzirão o papel do Estado "enquanto indutor do desenvolvimento", e isso "não acompanhará a expansão da demanda por serviços públicos".

A secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, explicou a relação entre a aposentadoria e os avanços do governo nos aparato social conquistado pela classe trabalhadora ao longo das décadas.

"Ao congelar o orçamento, há um ataque à proteção social. Nesse caso, não terá reajuste para os servidores, serão 20 anos de salários congelados e, obviamente, o repasse para a Previdência será o mesmo, mas as pessoas continuarão se aposentando", afirmou Graça. Para a dirigente, o governo vai continuar sua ofensiva na "privatização dos serviços públicos, inclusive a Previdência."

Fonte: CUT Brasil

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF